

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

Os jovens do campo tem interesse em elaborar e implantar um projeto profissional do jovem (PPJ)?

PATO BRANCO

2014

MARCIALENE PREISLER ZAMBONI

Os jovens do campo tem interesse em elaborar e implantar um projeto profissional do jovem (PPJ)?

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado como requisito parcial para obtenção da certificação do curso de Especialização em Educação do Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Lucia Helena Alencastro

PATO BRANCO

2014

Os jovens do campo tem interesse em elaborar e implantar um projeto profissional do jovem (PPJ)?

Marcialene Preisler Zamboni¹

Lucia Helena Alencastro²

Os objetivos neste trabalho foram de analisar o interesse do jovem do campo em elaborar e implantar um projeto profissional do jovem-PPJ, a existência do apoio familiar, e quais são os principais temas de interesse do jovem para realização do seu Projeto. O projeto do jovem deve ir ao além do saber-fazer, deve conter elementos do saber-ser, em que o desenvolvimento pessoal deve ser solidário, numa visão humanista centrada nas pessoas, em que as responsabilidades pessoais unem-se as coletivas. Diante disso, a importância da ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural para instigar o jovem na construção do seu projeto, no desenvolvimento sócio profissional, e a sua inserção no seu meio, com a geração de oportunidades de trabalho e renda no campo. A metodologia utilizada se caracteriza como uma pesquisa exploratória inicial, descritiva e quantitativa e qualitativa desenvolvida a partir da análise realizada em trinta e seis diagnósticos realizados com jovens (15-29 anos) do município de Pato Branco - PR. Observou-se que os jovens do campo que receberam a visita de ATER, realizada pela ARCAFAR-SUL, demonstraram interesse inicial em desenvolver o projeto profissional do jovem (PPJ). O apoio familiar foi decisivo nesse processo. A produção de leite, produção grãos e hortaliças foram as principais atividades de interesse dos jovens e de suas famílias. Recomenda-se ampliação e continuidade desse trabalho, pois, o diagnóstico é o marco inicial do “Projeto de ATER para a Juventude Rural”. Com a previsão de realizar mais sete atividades de ATER, na parceria ARCAFAR-SUL e Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA.

Palavras Chaves: Juventude rural, projeto profissional do jovem, ATER, ARCAFAR-SUL, Pedagogia da Alternância, CEFFA, Casa Familiar Rural

¹ Mestre em Agronomia pela UFPR . E-mail: marcia@arcafarsul.org.br

² Mestre em Educação pela UFPR. Orientadora do Curso de Especialização em Educação do Campo- E-mail luciah.alencastro@gmail.com

Introdução

Os jovens do campo tem interesse em elaborar e implantar um projeto profissional do jovem (PPJ)?

Desde o início do seu processo de formação no CEFFA³ o jovem é orientado a construir o seu projeto profissional do jovem (PPJ). Concretiza-se as pesquisas ao longo dos anos, realiza-se experiências, conhece outras realidades e busca o conhecimento sobre sua realidade, como transformá-la. O jovem é desafiado desde o começo de sua formação a pensar no seu futuro. O projeto deve ir ao além do saber-fazer, deve conter elementos do saber-ser, em que o desenvolvimento pessoal deve ser solidário, numa visão humanista centrada nas pessoas, em que as responsabilidades pessoais unem-se as coletivas. Diante disso, o acompanhamento do jovem na construção do PPJ é um dos elementos centrais e constitui-se num dos pontos essenciais da própria formação integral do jovem, pela pedagogia da alternância. Contempla-se os aspectos sociais, culturais, econômicos, ambientais, técnicos, científicos e políticos no Projeto. Este projeto caracteriza-se como um instrumento de inserção sócio profissional do jovem no seu meio, e impulsionador do desenvolvimento na unidade de produção familiar.

Neste contexto, a Educação do Campo desenvolvida pelos CEFFAs encontra-se referências em Paulo Freire, numa crítica sob a educação contemporânea. Para o autor os homens se libertam no trabalho coletivo, do diálogo, do respeito às ideias, concepções e limitações de cada ser humano. Onde o diálogo é crítico e libertador e por isso supõe a necessidade da ação, onde o trabalho docente tem um caráter politizador e de perspectiva emancipatória (FREIRE, 1987).

Neste contexto o processo educativo é dialógico, sem diálogo não há trocas de conhecimentos e experiências. “A educação neste propósito torna-se um processo criativo e transformador onde” todos ensinam e todos aprendem”, um processo criador e recriador. Isso implica que o educador e educando devem assumir compromissos éticos e políticos, de intervenção crítica no mundo.

³ CEFFA – Centro Familiar de Formação por Alternância nomenclatura nacional criada em 2001, que caracteriza as escolas que trabalham com a Pedagogia da Alternância (Casas Familiares Rurais, Escolas Famílias Agrícolas, Escolas Comunitárias Rurais)

Compreendemos que os CEFFAS, se inserem nesta perspectiva de educação problematizadora da qual fala Freire proporcionando esta imersão crítica na realidade, desvelando-a para transformá-la. [...],E nisto a dinâmica da alternância é um instrumento importante [...] os jovens interagem entre a realidade da família, da propriedade, da comunidade, do meio ambiente, do meio sócio profissional, da cultura popular com a realidade da escola, da reflexão, do estudo, da leitura, do saber sistematizado, mas também com o grupo, com os colegas com a equipe de monitores.(Relatos de Experiências, Revista Formação por Alternância,2006,p.95)

E na relação do trabalho e educação do campo, no campo, estes saberes contribuam na solução de desafios e possa ser referência da lógica da existência da vida no campo, da agricultura familiar e camponesa, e que se contraponha a lógica do capitalismo.

Ao considerar a centralidade da relação educação e trabalho, e ir para além destes, onde se opta por uma formação integral do ser humano, onde a vida cotidiana da pessoa em formação deverá ser levada em consideração no processo educativo. Nesse sentido, não se restringindo somente ao trabalho, mas a vida social familiar, comunitária, e políticas, religiosas, as relações com o meio ambiente, onde toda a dimensão do ser humano deve ser equalizada, numa relação de não para o trabalho, mas pelo trabalho, numa perspectiva de geração do trabalho e renda (BEGNAMI, 2011).

Os objetivos deste trabalho foram de analisar os diagnósticos realizados nas unidades de produção familiar (UPF), através do projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Juventude Rural⁴, no município de Pato Branco – PR, a fim de conhecer o perfil dos jovens participantes do projeto. Desprende-se deste a análise sobre o interesse do jovem do campo para elaborar e implantar um projeto profissional do jovem -PPJ, bem como, se existe apoio familiar e quais são as principais atividades de interesse do jovem para realização do seu Projeto Profissional. Compreende-se que o presente trabalho poderá contribuir com os educadores do Projeto, especialmente, na organização das atividades sequencias e posteriores do projeto, a partir de um olhar externo ao mesmo, mas voltado para o seu pleno desenvolvimento, assim como, contribuir com os jovens do meio rural, para que suas demandas sejam consideradas

⁴ O projeto de ATER para Juventude Rural , parceria da ARCAFAR-SUL e o MDA, através de chamada pública, está em execução findando em setembro de 2014, possibilitando desenvolver oito atividades para a construção do PPJ. Essa atividade de diagnóstico foi a primeira atividades a ser realizada.

no debate, e contínuas na construção, e na gestão de políticas públicas.

A metodologia utilizada nesse trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória descritiva Malhotra (2001 apud ESTEVAN, 2011) qualitativa e qualitativa. A operacionalização dessa pesquisa foi desenvolvida a partir da análise realizada em setenta diagnósticos de ATER realizados com jovens (15-29 anos), nos municípios de Pato Branco, Bom Sucesso do Sul, Clevelândia, Mariópolis, Vitorino do Estado do Paraná. Optou-se por descrever os dados em relação ao município de Pato Branco (trinta e seis diagnósticos), dado aos seguintes critérios: município com maior número de jovens, 78% da população do meio rural constituída por agricultores familiares, e a presença da Casa Familiar Rural, como referência, da Educação do Campo, e sede base para o desenvolvimento deste trabalho, e do projeto de ATER para a Juventude Rural (Região 7) do lote do Estado do Paraná.

II. A juventude do meio rural a migração e fatores impulsionadores desse processo

Em 2000, o Brasil contava com 6.134.639 de jovens no campo, o que representava 18% do total do número de pessoas residentes no meio rural. Porém, o último censo, o de 2010, registrou 5.493.845 de pessoas nas mesmas localidades e na mesma faixa etária, entre 15 e 24 anos, o equivalente a 16% da população total de jovens do país (IBGE, 2010).

No Paraná a população de jovens, entre 15 e 24 anos, segundo dados Censo Demográfico de 2010 é de 1.829.122, dos quais 255.684 (16,68%) residem em áreas rurais.

Ao comparar a população rural entre 2000 e 2010, segundo o IBGE, Bianchini e Fuckner (2011) observaram que no Paraná o movimento migratório vem ocorrendo principalmente na faixa etária de 15 a 24 anos sem envolver a família. Além do predomínio juvenil, outra característica importante desse movimento migratório rural-urbano é a participação maior de jovens do sexo feminino, na faixa de 15 a 19 anos.

O que se confirma pelas pesquisas em relação à migração juvenil do campo aponta para uma maior propensão à evasão feminina, o que causa o desgaste do tecido social do meio rural que, além de envelhecer, se masculiniza (ABRAMOVAY, 1998;

CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; WEISHEIMER, 2004; SIQUEIRA, 2004 apud BRUMER (2008)). Outra questão é a necessidade premente da Educação do Campo, no Campo.

Segundo Castro (2013) existem mais pessoas sem instrução ou com apenas o ensino fundamental incompleto na área rural do que nas cidades. Para todos os demais níveis (fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto e superior completo) os jovens da cidade estudam mais do que os jovens do campo.

As jovens investem em estudos e buscam alternativas de inserção profissional no mercado de trabalho urbano, principalmente devido ao processo sucessório que tradicionalmente privilegia os herdeiros do sexo masculino no acesso a terra, em detrimento das mulheres (DEERE E LEON, 2002 apud BRUMER, 2008).

A importância do trabalho feminino na agricultura não reside, entretanto, somente no emprego de sua mão-de-obra nas atividades ditas produtivas (colheita, plantio, processamento), mas também nas atividades reprodutivas, sem as quais seria inviável a continuidade da produção do tipo familiar (alimentação, limpeza, cuidado da horta, cuidado dos filhos e educação destes). Ambas as atividades, produtivas e reprodutivas, sofrem com o baixo reconhecimento e invisibilidade da participação feminina, sendo associadas muito de perto com os baixos salários que lhes são destinadas ou até ausência de remuneração WEISHEIMER (2007 apud BRUMER 2008)).

Segundo Castro (2013) no meio rural 95% dos homens e 90% das mulheres iniciam seus trabalhos antes dos 17 anos, necessitam trabalhar numa idade em que deveriam estar na escola. Os jovens tem sua educação prejudicada e muitos deixam muito cedo de estudar. O referido autor ao analisar pesquisa com 142 jovens residentes no campo dos municípios de Congonhas – PR e de Petrolina-PE, 84 % dos jovens responderam que querem ficar, e 16 % responderam que desejavam ir para a cidade. Aos jovens que desejam sair questionou quais as principais razões para sair do campo: maior chance de qualificação profissional fora do campo e pouca oportunidade de trabalho no campo. E para o jovem que desejava ficar quais as razões principais: ter a terra para continuar na agricultura e a segurança com a vida no campo.

Para SARTORI (2008) é fundamental que os jovens sejam protagonistas e empreendedores capazes de promover discussões nas suas comunidades, sobre a

necessidade de construir um novo conhecimento que proporcione desenvolvimento e a concretização de projetos que melhorem a qualidade de vida no meio rural. Segundo a autora, a falta de alternativa profissional que possa garantir oportunidades de trabalho e renda na agricultura familiar, ou fora dela, mas no meio rural, contribuí para que muitos jovens migrem para o meio urbano.

A população rural, em especial a juventude e as mulheres, deve ter direitos garantidos como: a educação, a terra, e o acesso às políticas, aos bens culturais e serviços, da mesma forma em que a população urbana. Neste sentido a educação, o acesso á terra, ao crédito, ao lazer, a cultura, inclusão digital, habitação, saneamento, energia elétrica, transporte, telefonia de qualidade, segurança pública, dentre outros aspectos da vida, devem ser considerados e objetos de políticas públicas, e pauta de um Projeto para a Juventude no meio Rural, para o fortalecimento da Agricultura Familiar (BIANCHINI E FUCKNER, 2011).

Segundo Neves e Silva (2008), existem diferentes juventudes, a depender das situações, vivências, referências subjetivas e grupais e identidades sociais. O reconhecimento de que existem juventudes possibilita uma discussão sobre as representações sociais a respeito dos/das jovens na contemporaneidade. É preciso admitir que haja diferentes formas de considerar os/as jovens, como também há diferentes maneiras de eles/as se afirmarem como sujeitos, levando em conta, inclusive organizações sociais de referência, por exemplo: escola, família, e sociedade como um todo.

Segundo a Lei 12.853⁵ de 05 de agosto de 2013 do Estatuto da Juventude, para os efeitos desta Lei, jovens são as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. Utilizou-se essa faixa etária para o trabalho de análise dos diagnósticos, uma vez que, preconiza o projeto de ATER para a Juventude Rural. Ressalta-se que nessa faixa etária o jovem pode ser emancipado e acessar políticas públicas para implantar ou implementar o seu Projeto Profissional Jovem – PPJ, na unidade de produção familiar. Políticas públicas como instrumentos, para alavancar o PPJ, a

⁵ BRASIL. Lei nº12.853⁵ de 05 de agosto de 2013. Brasília, DF, 2013.

exemplo do crédito rural (PRONAF Jovem), acesso ao Programa Nacional do Crédito Fundiário (Nossa Primeira Terra), de comercialização para mercados institucionais como PAA e PNAE, dentre outras políticas públicas. Também, é nessa faixa etária os jovens frequentam as Casas Familiares Rurais que possuem os cursos de nível médio (Qualificação para Agricultura e cursos técnicos), estando mais amadurecidos para implantar o PPJ.

No processo de formação pela Pedagogia da Alternância busca-se a formação integral, a aplicação prática dos conhecimentos construídos na UPF. O jovem e a família são instigados a pensar sobre alternativas para a propriedade familiar. Sendo um dos instrumentos da pedagogia da alternância, o projeto profissional do jovem (PPJ), tem o viés de gerar oportunidades e possibilidades de inserção sócia profissional do jovem no seu meio, desenvolvimento da unidade produtiva familiar. Os projetos profissionais de alguns jovens que frequentam os CEFFAs vêm se transformado em verdadeiros exemplos de desenvolvimento sustentável e economia solidária. Nestes projetos está imbuída a capacidade do sujeito de transformar sua realidade. Também de gerar aumento de produtividade nas unidades de produção familiar, que colabora para garantir crescimento econômico e a geração de renda para esses jovens e suas famílias (SCANDOLARA, 2008).

2.1 A Educação do Campo e ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) no contexto da Pedagogia da Alternância das Casas Familiares Rurais (CFR)

A Educação do Campo tem como significado considerar a realidade dos sujeitos como forma de interagir com os interesses dos povos que nela vivem (com seu jeito peculiar) de relacionar-se com a terra, na utilização da mão-de-obra familiar, na interação com a comunidade, tendo um ritmo de trabalho próprio. O Desafio posto a Educação do Campo é considerar a cultura em sua dimensão empírica e fortalecer a educação escolar como processo de apropriação e de elaboração de novos conhecimentos.

Neste contexto, as Casas Familiares Rurais (os CEFFAs - Centros Familiares de Formação por Alternância) da região Sul do Brasil, representados pela ARCAFAR – SUL - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (com 22 anos de trabalho educacional) integram a família, a escola na formação de jovens do campo,

fomenta-se possibilidades e oportunidades para que os jovens atuem como sujeitos protagonistas nas diversas instâncias da sociedade.

Os CEFFAs defendem a necessidade de se implantar e difundir uma lógica de desenvolvimento, apoiado em alternativas ambientalmente sustentáveis, socialmente democráticas e economicamente justas, centradas no desenvolvimento social e humano dos sujeitos do campo (SCANDOLARA, 2006). Na sua atuação através da educação dos sujeitos do campo numa proposta de educação integral pela pedagogia da alternância, o jovem mantém o vínculo familiar, recebe as visitas técnicas em sua UPF, e coloca em prática o conhecimento construído, sendo um agente irradiador de conhecimento para as comunidades envolvidas.

É interessante ressaltar que, desde 2003, a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), através do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), vem coordenando uma Nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural, a qual orienta em sua diretriz, a ATER, para a capacitação e orientação da juventude rural visando à permanência do jovem na produção familiar e assegurando o processo de sucessão familiar (MDA-PNATER, 2004).

Ao considerar que a ação de ATER é uma ação pedagógica educativa na concepção dialética, onde o jovem educando é situado como agente do processo histórico, valorizando a busca e a construção coletiva do conhecimento comprometido com a transformação da realidade (BRASIL- MDA, 2010). Na construção da Pedagogia de ATER são base os fundamentos teóricos, o construtivismo - (Piaget), o sócio interacionismo (Vigotsky), a constituição do sujeito (Castoriadis) e a educação popular emancipadora (Paulo Freire), segundo (BRASIL-MDA, 2010). Ao se reportar as pedagogias e metodologias participativas, nos leva a pensar na pedagogia crítica, emancipadora e conscientizadora. Em geral, as pedagogias participativas são associadas à formação para autonomia, para a cidadania e a transformação social (BRASIL-MDA, 2010).

Segundo Caporal e Ramos (2006) a nova ATER vai buscar seu modelo teórico-pedagógico no construtivismo, cujo ponto central é a premissa de que o homem-agricultor possui um acúmulo de conhecimentos históricos, culturais, individuais ou coletivos que fazem com que ele esteja inserido no mundo do saber.

A ATER vem sendo desenvolvida no projeto Assistência Técnica para a Juventude Rural, segundo a metodologia da pedagogia da alternância. Neste caso, se encontram com a utilização de metodologias participativas, buscando o envolvimento dos jovens agricultores, famílias e as comunidades rurais, com o complemento de atividades voltadas ao trabalho em conjunto com encontros de discussão, aprendizado e construção de conhecimento.

ATER se fundamenta nos instrumentos da Pedagogia da Alternância quando na efetiva realização desses meios, cuja finalidade está no desenvolvimento sustentável, fortalecimento da agricultura familiar através da construção consistente do projeto profissional do jovem, no acompanhamento e participação dos educadores da Casa Familiar Rural e das famílias. Assim, o agricultor conhece a realidade (ação), com o Plano de Estudo, a Colocação em Comum e o Caderno da Realidade; amplia o conhecimento (reflexão), nas visitas de estudo, caderno pedagógico, reflexão sobre a realidade e do que é científico; reinventa o futuro (ação) a partir de novas ações que vão modificando e transformando essa realidade do meio rural (SAMUA, 2012).

Nesse sentido, permite-se uma relação dialética com o agricultor, sujeito dos serviços de ATER e o monitor, ou agente de ATER, num processo construtivo, levando-se em consideração a realidade de cada família e possibilitando a troca de saberes culturais entre esses e o grupo de alternantes, que se encontram para discutir e estudar suas práticas. A extensão rural desenvolvida pelos CEFFAs tem características únicas onde extensionista está perfeitamente integrado ao ambiente que atende, não é um agente externo ao meio do agricultor (BIANCHINI, 2005).

A Pedagogia da Alternância, desenvolvida pelos CEFFAs, está dentro da estratégia de desenvolvimento regional onde a formação planejada vá além da educação escolar, e considera principalmente as ações voltadas para o desenvolvimento territorial e regional, como por exemplo, o fortalecimento da produção familiar, incentivos à organização social, capacitação das famílias e investimentos na formação dos jovens enquanto agentes de desenvolvimento local (CALVÓ-PUIG, 2005).

Frente ao exposto, o trabalho desenvolvido pelos CEFFAs apresenta-se como uma pedagogia dialética, construtivista e humanista, vem adotando instrumentos próprios (construídos paulatinamente pelos atores) vêm se organizando dentro da metodologia

proposta pela ATER de forma participativa, com abordagem multi e interdisciplinar, baseada nos princípios da agroecologia, considerando a realidade do agricultor e potencialização dos recursos naturais. Ainda vem desenvolvendo processos educativos permanentes e continuados (meio sócio profissional e meio escolar) planejados e monitorados que oportunizam aos atores sociais o desenvolvimento de competências, mudanças de atitudes, construção de cidadania e desenvolve o meio ao qual estão inseridos. Promove melhorias na qualidade de vida e promotora do desenvolvimento rural sustentável.

III. Análise da Atividade de Diagnóstico do Projeto ATER para a Juventude Rural Região de Pato Branco

Constatou-se que foram atendidos os municípios de Pato Branco, Vitorino, Bom Sucesso do Sul, Clevelândia e Mariópolis, no Estado do Paraná, o quantitativo de setenta jovens, de acordo com o que preconizava o referido contrato (projeto), assim como, garantiu-se a participação de no mínimo 25% de jovens do sexo feminino (no total de jovens atendidos) visando garantir as questões de gênero.

O município de Pato Branco apresentou maior quantitativo de jovens envolvidos no projeto (trinta e seis jovens), e ser o maior município em termos populacionais. Possuir 78% dos estabelecimentos no meio rural constituído por agricultores familiares, bem como, município sede da Casa Familiar Rural, optou-se neste trabalho fazer um recorte e debater sobre os dados obtidos deste município.

De acordo com dados do IBGE (2010) em termos populacionais Pato Branco conta com uma população total de 72.370 habitantes, sendo 68.091 vivendo na área urbana e 4.279 no meio rural. Destes, 2.174 são homens e 2.105 são mulheres. Observa-se que segundo esses dados o número de homens no meio rural é superior ao de mulheres. No caso específico desses diagnósticos o número de jovens atendidos do sexo masculino do meio rural de Pato Branco foi quatro vezes maior ao número de jovens do sexo feminino (Gráfico 1). Sendo esses dados para os jovens em termos percentuais superior, aos dados do IBGE (2010) para o município de Pato Branco, e com Castro (2013) onde este autor ressalta que a população de mulheres no campo é

menor que de homens, embora tenhamos dentro da população brasileira mais mulheres (83,63 milhões) do que homens (77,20 milhões) vivendo nas cidades, na área rural tem 14,32 milhões de mulheres, para 15,51 milhões de homens. Há de se considerar que não houve análise estatística, e as faixas etárias são distintas.

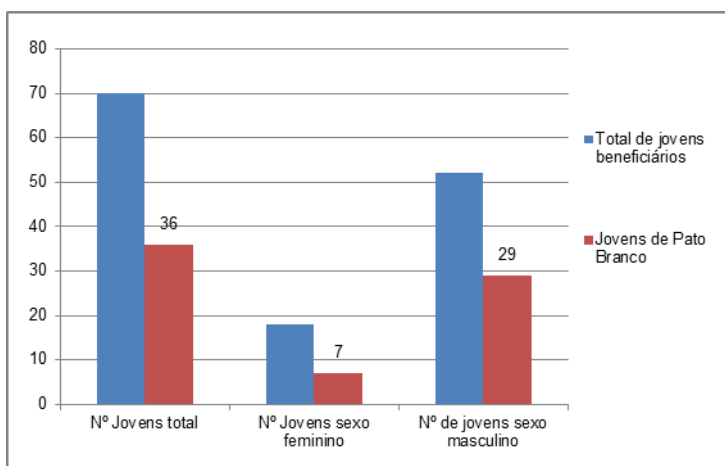


GRÁFICO 1- Número total de jovens beneficiários, sexo, no município de Pato Branco -2013

3.1 Composição familiar e a presença de jovens nas unidades de produção (UPFs) e Escolaridade :

Em relação à composição familiar (número de pessoas que residem na UPF), a maioria das famílias dos jovens solteiros que moram com os pais possuem de três membros (pai, mãe e jovem). O processo de sucessão familiar nestas UPF está na dependência do interesse desse jovem em permanecer na UPF, e de constituir sua família no meio rural, atuando em atividades na sua UPF ou em outra. Caso contrário com o envelhecimento dos pais, e sem a perspectiva da inserção sócio profissional com geração de renda e qualidade de vida, a tendência pode ser de migração desse jovem para os centros urbanos. Outro fator que não foi considerado neste relato de análise é a relação da mão de obra familiar, no contexto de desenvolvimento das atividades e do tamanho da UPF. Por outro lado, no caso dos jovens casados verifica-se que era formada por três membros, ou seja, esses jovens casados possuíam filhos. O que pode colaborar com o processo de sucessão familiar, visto que, uma nova família jovem

está sendo estabelecida, e a relação entre a mão-de-obra e atividades a ser desenvolvida supõe-se que será beneficiada pelo contingente de dois sujeitos jovens no processo de condução da UPF. No caso onde a família do jovem possuía quatro membros, verificou-se a presença de mais sete jovens na faixa etária de 15-29 anos, o que nesse caso, poderia ser um quesito a mais para suposição de que haveria o apoio ao processo de sucessão na unidade de produção familiar. Além do fato de que, se ter um contingente a mais de mão de obra nestas UPF. Por outro lado, deva se considerar o tamanho da UPF, atividades desenvolvidas, renda e demais relação que se estabelecem na UPF. As famílias de jovens com cinco e seis membros apresentaram-se em menor quantidade.

3.2 Escolaridade do jovem e da família

A princípio, não se observou nos diagnósticos realizados com jovens do meio rural do município de Pato Branco a presença de analfabetos no que tange a escolaridade dos jovens e de seus pais. Ao analisar o total de dados sobre a escolaridade dos jovens de 15 a 29 anos (trinta e seis jovens do município de Pato Branco) verifica-se que apenas quatro jovens estão no ensino superior (11% do total de jovens), a maioria dos dezessete (47%) jovens que concluíram o ensino médio pararam de estudar . Onze jovens estão cursando o ensino médio (30%). Três jovens (em torno de 8%) ainda estavam na 5ª e 8ª série do ensino fundamental, o que denota defasagem escolar dado a sua idade (acima de quinze anos). E um jovem parou de estudar 5 e 8 série do ensino fundamental. Ao comparamos o nível de escolaridade do grupo de pais (sendo trinta homens e trinta mulheres), embora não haja análise estatística, os homens (pai) na sua maioria (77%) pararam de estudar na 4º série, e 17 % estudaram até 8ºsérie, 7% completou o ensino médio. No caso das mulheres (mãe) 57 % estudaram até a 4ºsérie, 37% estudou até a 8ª série, e 3% concluiu o ensino médio , e 3 % estavam no nível superior . Observou-se que o grau de escolaridade dos jovens, na maioria, foi superior ao dos pais, em termos de anos de estudo, tal fato pode ser decorrente, da presença da Casa Familiar Rural no município de Pato Branco, e de outras organizações que atuam na Educação do Campo. Também, de um possível esforço da família, para que os filhos estudem, estes dados e esta argumentação, concordam com

o relato SCANDOLARA (2008), que entrevistou famílias do município de Quilombo-SC, que desejavam que o filho estudasse para ter um futuro diferente dos pais, estudar para continuar no campo. E pode ser também, pela ampliação da Educação do Campo, a exemplo do CEFFA daquele município, onde pelo relato da mãe o jovem encontrou a educação que almejava. Os dados sistematizados dos diagnósticos do grupo de pais dos jovens que participaram desse projeto também estão de acordo com observações apontadas por Castro (2013), que na população rural há uma proporção maior de homens do que mulheres, na faixa com até quatro anos de estudos. Não significando que não há necessidade ampliar o acesso a educação do campo, para todas as faixas etárias da agricultura familiar e camponesa.

3.3 Interesse do jovem e da família em desenvolver um PPJ

Os jovens foram questionados em relação ao seu interesse em desenvolver o PPJ, e se havia o apoio da família para o desenvolvimento do mesmo. Verifica-se que os jovens que receberam a visita técnica de ATER (de diagnóstico) manifestaram interesse em desenvolver o PPJ. Também foi possível verificar que o apoio da família foi fundamental para essa decisão. Em todos os diagnósticos analisados, verificou-se que as respostas se complementavam, ou seja, quando o jovem demonstrou interesse, a família respondia demonstrando seu apoio ao desenvolvimento do PPJ. Nos diagnósticos com jovens que a princípio não demonstraram interesse, a família respondeu que não apoiaria o desenvolvimento do PPJ. Observa-se assim total sincronia entre o interesse dos jovens e a disposição de seus familiares na realização do PPJ. Ao realizar um recorte com vistas ao município de Pato Branco observa-se que 83,33% dos jovens, e 85,71% das jovens, após receber a visita técnica de ATER para o diagnóstico, realizada pela ARCAFAR-SUL, através do agente de ATER, demonstraram interesse em desenvolver o PPJ, como podemos comprovar no gráfico 4 abaixo. Esses dados vêm ao encontro do trabalho educacional e de ATER desenvolvido pelos CEFFAs, no que tange ao interesse dos jovens de desenvolver um projeto profissional no meio onde estão inseridos, com a inserção sócio-profissionalm com a geração de trabalho e renda no campo . Os dados encontrados concordam com:

Castro (2013), que na área rural o trabalho com a agricultura vem ocupando muitas pessoas e representa um meio de vida de muitos, sendo responsável pela permanência e/ou pela saída dos jovens do campo. No campo, as oportunidades de trabalho são restritas. O emprego formal é escasso, o comércio é desempenhado pela própria família e a indústria sequer existe. Como já mencionado os objetivos dos CEFFAs são mais amplos e mais complexos do que apenas o trabalho qualificado no campo, sendo necessário dedicar muito esforço sobre as oportunidades criadas. Ao tempo em que se produzem alimentos, na perspectiva de consumo familiar e de atender as demandas de mercado, também se ocupa o trabalho das famílias, inserindo-os em seu meio, com aumento da qualidade de vida (PINHEIRO, 2007). E com SLONGO (2005) que apresentou depoimentos de três jovens formados nos CEFFAs que desenvolveram seu PPJ em atividades como: bovinocultura de leite, olericultura, e na diversificação da produção de grãos, houve a inserção do jovem no seu meio, com a geração de trabalho e renda para a família. Verifica-se que 85,71% das jovens (mulheres) demonstram interesse inicial em elaborar e implantar um PPJ, esse dado reforça a necessidade de garantir a participação das mulheres nas atividades do meio rural, dando a elas, a mesma oportunidades, que são dadas aos homens. Esses dados são relevantes e estão de acordo com as conclusões de BRUMER (2008), que ressalta que, em relação aos projetos de vida, percebe-se que a intenção dos entrevistados contraria a tendência de evasão do meio rural, pois tanto homens quanto mulheres avaliam de forma positiva a possibilidade de casar-se com um agricultor e, por consequência, de fixar residência nesse meio. O meio rural continua a ser concebido como um lugar tranquilo, seguro e onde há maior qualidade de vida (atributos apontados pelos entrevistados). O urbano é referenciado como o local do acesso aos recursos, como estudos e oportunidades de trabalho. Portanto, se os jovens da agricultura familiar, de modo geral, pretendem permanecer no meio rural, se não o fazem, é porque as condições de permanência os impedem. Há uma significativa margem de ponderação em que os projetos voltados ao urbano e os projetos voltados ao meio rural coexistem, à espera de melhores perspectivas em um ou em outro. Este dado é relevante, sobretudo, para as mulheres, pois elas são sistematicamente excluídas de determinadas atividades produtivas na agricultura.

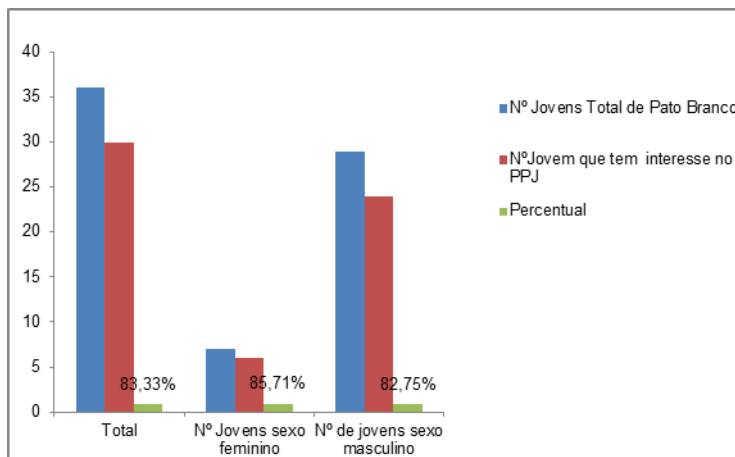


GRÁFICO 4 – Número de jovens de Pato Branco e interesse no PPJ-2013

3.4 Principais Atividades de interesse do Jovem de Pato Branco para o PPJ

O município de Pato Branco, localiza-se no sudoeste do Paraná, num total de 1106 estabelecimentos agropecuários, onde que 78% eram de agricultores familiares, com média de 19,77 ha, com atividades principais as lavouras (milho, soja, feijão e trigo) horticultura (olerícolas e frutas em geral) e a pecuária (bovinos de leite, bovinos de corte e avicultura integrada) (DEAGRO/SEAB- 2013).

As principais atividades que a princípio despertou o interesse dos jovens nos diagnósticos analisados do município de Pato Branco foi a produção de leite (sete jovens), produção de grãos (três jovens), produção de hortaliças, galinha caipira, piscicultura e outros serviços (informática, comércio de imóveis) cada um desses temas com (dois jovens) interessados, e (um jovem) voltado a viticultura, ovinos, produção de lenha, floricultura, agroindústria, organização do sistema de produção, correção do solo, arrendamento de terras para o plantio). Dois jovens estavam definindo o tema. Essa grande diversidade de atividades, pode ser atribuído à diversificação da produção, característica da produção de base familiar. Por outro lado, as atividades de produção de leite vêm de encontro do processo de crescimento e expansão da própria bovinocultura de leite que vem crescendo e se consolidando dentro do município, entrando numa fase de intensificação da produção, com aumento da produção por animal e por área utilizada. Da mesma forma, o cultivo de grão passa por um momento

de consolidação, com a intensificação produtiva, principalmente no aumento da produtividade por área. Outra atividade como a horticultura apresenta grande potencial de expansão, tendo em vista a crescente demanda por alimentos, o alto valor agregado por unidade de área cultivada e por encontrarem mercados institucionais como PAA e PNAE (DEAGRO/SEAB - 2013).

Os resultados encontrados no diagnóstico também concordam com SCANDOLARA (2008) que observou na região Oeste de Santa Catarina, em pequenas propriedades, as principais atividades agrícolas desenvolvidas eram a produção de grãos (milho, feijão, e soja), plantio de fumo, a criação de peixes, a criação de suínos e aves para o abate no sistema de integração com agroindústrias e a produção de leite para a indústria.

CONCLUSÃO

Os jovens do campo do município de Pato Branco – PR, que receberam a visita de ATER pela pedagogia da alternância, realizada pela ARCAFAR-SUL demonstraram interesse em desenvolver um projeto profissional do jovem (PPJ). Tanto os jovens envolvidos com a Casa Familiar Rural, quanto os jovens que ainda não conheciam o processo de formação pela pedagogia da alternância. Nesse sentido é possível considerar que a Assistência Técnica e Extensão Rural, pela metodologia da pedagogia da alternância, utilizada pela ARCAFAR-SUL, para a Juventude Rural cumpriu o seu papel técnico de instigar os jovens para a possibilidade de desenvolver o projeto profissional. Sendo importante ampliar e dar continuidade a ATER para a juventude Rural como instrumento orientador de oportunidades e possibilidades, dentro da realidade de cada unidade de produção familiar. Destaca-se que o apoio familiar foi decisivo para que o jovem demonstrasse interesse em desenvolver o seu PPJ. Os principais temas como produção de leite e produção grãos e hortaliças são atividades inerentes à produção de base familiar e encontra-se em expansão no município de Pato Branco, e despertaram o interesse dos jovens e de suas famílias. Recomenda-se a continuidade desse trabalho dado ao fato que essa atividade de diagnóstico foi à primeira atividade de ATER desenvolvida, e processo de construção do PPJ pelos

jovens, contará com mais sete atividades de construção de conhecimento prevista no projeto de ATER para a Juventude Rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. et al. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. 2 ed. Brasília - DF: Edições Unesco, 1998. 101p apud BRUMER, A.; PANDOLFO, G. C., CORADINI, **Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil.** (UFRGS). Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Fazendo Gênero 8, Corpo violência e poder. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder – UFSC.**

BEGNAMI, M. J. F. . Os CEFFAS e a Educação do Campo. **Texto retirado da Revista Formação por Alternância-** Vol.6. Ano 1 . BRASÍLIA - DF: UNEFAB. ISSN1 808-7043 2011.

BIANCHINI, V.; Vida no meio rural (Antecedentes) – Ad Bases tecnológicas para o desenvolvimento da monocultura in: **ANAIS VIII- Congresso Internacional: Família, Alternância e desenvolvimento-** Promoção pessoal e coletiva: Chave para o desenvolvimento rural sustentável- Puerto Iguazú Argentina – Foz do Iguaçu, Brasil, CEFFAS, 04 a 06 de maio de 2005. p. 43.

BIANCHINI, V.; FUCKNER, M. **Programa de Desenvolvimento da Juventude Rural.** Curitiba - PR: EMATER, 2011. Doc. Apostila. 19.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para construção de uma pedagogia de ATER.** Brasília – DF: MDA/SAF, 2010. p 45.

BRUMER, A.; PANDOLFO, G. C., CORADINI, **Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil.** (UFRGS). Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Fazendo Gênero 8, Corpo violência e poder. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder – UFSC.**

CALVÓ, P. P. **Que orientação profissional é possível promover no ensino**

fundamental. Texto retirado da Revista Formação por Alternância- v.1. Ano 1 Nº 1 .
BRASÍLIA - DF: UNEFAB. ISSN1 808-7043 2005.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos.** *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.2, n.15, 1999. p. 43-66 apud BRUMER, A.; PANDOLFO, G. C., CORADINI, **Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil.** (UFRGS). Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Fazendo Gênero 8, Corpo violência e poder. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder – UFSC.**

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia.** Brasília – DF: 2006. Disponível em:
<<http://agroeco.org/socla/archivospdf/Da%20extenso%20rural%20convencional%20%20extenso%20rural%20para.pdf>>

CASTRO, A. M. G. de; LIMA, S. M.V.; SARMENTO, E. P. de M.; VIEIRA, L. F. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso a terra no Brasil.** Brasília – DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. 55p.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002 apud BRUMER, A.; PANDOLFO, G. C., CORADINI, **Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil.** (UFRGS). Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Fazendo Gênero 8, Corpo violência e poder. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder – UFSC.**

ESTEVAM, D. De O. **Avaliação dos resultados da formação por alternância: um estudo de caso dos egressos da Casa Familiar Rural de Armazém-SC.** Florianópolis- SC, UFFSC, 2010. 122 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987;

IBGE, 2010. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br.

MDA-PNATER: **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. MDA/SAF/GT DE ATER: versão final 25-05-2004. 25p. IICA.

MALHOTRA, N. Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicação. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2001 Apud ESTEVAM, D. De O. **Avaliação dos resultados da formação por alternância: um estudo de caso dos egressos da Casa Familiar Rural de Armazém-SC**. Florianópolis- SC, UFFSC, 2010. 122 p.

NEVES, M.A. N.; SILVA, T. P. M. A liderança e a participação social dos (das) jovens dos CEFFAS. **Revista Formação por Alternância- JUVENTUDES RURAIS**. V.1. 2007. Ano 4 Nº 7 . BRASÍLIA - DF: UNEFAB. ISSN1808-7043. 2005.

PINHEIRO, J. E.L. Jovens Egressos dos CEFFAS do Piauí implementam seus projetos profissionais. **Revista Formação por Alternância**, União Nacional das Escolas Família Agrícolas do Brasil Vol 2. N. 2, Brasília, julho de 20056

Revista Formação por Alternância, União Nacional das Escolas Família Agrícolas do Brasil Vol.2, Brasília, julho de 2006.

SAMUA, D.M.; ZONTA, E. M.; PELEGRINI, G.; HILLESHEIM, L. P. **Pedagogia da Alternância e Extensão Rural**. Org.; VOLNEI ZONTA, V.; Frederico Westphalen – RS: Editora: URI. 2012.

SANTORI, R. A Juventude Rural e suas perspectivas. **Revista Formação por Alternância**, Brasília, n.4, v.1. p. 5-16, dez. 2008.

SCANDOLARA, A.; SLONGO, D. M. COPATTI, E.F. MACHIO, J; RHODEEN, V. Um modelo de desenvolvimento sustentável possível. **Revista Formação por Alternância**, Brasília, n.6, v.1. p. 24-34, jun. 2008.

SEAB/DEAGRO. Plano de Trabalho. Município de Pato Branco. http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/nuconv/Pato_Branco/pt_cv_329_2013_Pato_Branco20131108_0840.pdf acesso em 09 de abril de 2014.

SIQUEIRA, L. H. S. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de**

produção familiar. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre - RS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2004.

SLONGO,D. M; SCHMITS, T. Projeto Profissional de Vida do Jovem. **Revista Formação por Alternância**, União Nacional das Escolas Família Agrícolas do Brasil Vol12,Brasília, julho de 2005.

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre - RS: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004 apud BRUMER, A.; PANDOLFO, G. C., CORADINI, **Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil.** (UFRGS). Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Fazendo Gênero 8, Corpo violência e poder. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder – UFSC.**

WEISHEIMER, N. **Relatório técnico da pesquisa de caracterização dos jovens na agricultura familiar no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Convênio MDA/FAURGS-2006, 2007 apud BRUMER, A.; PANDOLFO, G. C., CORADINI, **Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil.** (UFRGS). Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Fazendo Gênero 8, Corpo violência e poder. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder – UFSC.**